CONVITE

Convite à apresentação de propostas no âmbito do acordo quadro PRC_0036/2020_RHU - Acordo Quadro Singular para a Aquisição de Serviços de Utilização de Trabalho Temporário", para celebração do 1.º contrato optativo (PRC_0244/2020_RHU)

1. A **Águas do Norte, S.A.**, com sede na Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1ª, 5000-669 Vila Real, na freguesia de Vila Real, do concelho de Vila Real, pessoa coletiva n.º 513606084, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com os seguintes contactos para efeitos deste procedimento: Tel.: +351 259 309 370, 253 919 020, 226 059 300, Fax: +351 259 309 371; email: geral.adnorte@adp.pt convida a MULTITEMPO – EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA., com sede na Praça de Alvalade, 6 – 12.º A, 1749-115 Lisboa, freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, pessoa coletiva n.º 503378666, adjudicatária do acordo quadro acima identificado, para a celebração do 1.º contrato optativo denominado PRC_0244/2020_RHU.

2. Informa-se que:
   a) A decisão de contratar foi tomada pelo Administrador Executivo do Pelouro, nos termos do Manual do Governo da Sociedade em vigor, ponto 4.2 aprovado em reunião de 1 de julho de 2015, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas e aprovadas;
   b) A escolha do procedimento de ajuste direto funda-se na alínea h) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

3. A proposta deve ser constituídas pelos seguintes documentos (1):
   a) Declaração do **Anexo I do CCP** elaborada em conformidade com o modelo do Anexo IV-A a esta carta-convite;
   b) **Proposta de preço**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo IV-B a esta carta-convite;
   c) **Certidão do registo comercial**, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, caso a apresentada no âmbito do acordo quadro já não se encontre atualizada ou ativa.

4. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

5. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

6. As propostas devem ser apresentadas até às 14h00 do dia 01/07/2020, na plataforma acinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt

7. O adjudicatário é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso de cada período, o adjudicatário nada declarar em contrário.

8. A proposta não será objeto de negociação.

9. No caso de caducidade dos documentos de habilitação apresentados no âmbito do acordo quadro, o adjudicatário deve entregar, no prazo de 2 (dois) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação e através da plataforma eletrónica acinGov, os documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;

10. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

11. Os serviços a executar são os que se encontram identificados no Anexo IV-C a este convite e devem cumprir o estipulado no acordo quadro acima mencionado.

12. O preço base é de 24.056,16 EUR (vinte e quatro mil, cinquenta e seis euros e dezasseis cêntimos), não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado, devendo ser respeitado os coeficientes apresentados no âmbito do acordo quadro, podendo, no entanto, V. Exas determinar um valor mais baixo.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – (A apresentar em caso de caducidade dos documentos apresentados no âmbito do Acordo Quadro)

a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos e a que se refere a alínea a), do n.º 1 do artigo 81.º daquele diploma;

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas seguintes situações de impedimento:

i. Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;

ii. Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

iii. Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

iv. Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:

• Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

• Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI do Conselho;

• Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

• Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

c) Alvará da licença para o exercício da atividade de empresa de trabalho temporário, nos termos dos artigos 5.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro.

d) Certidão permanente atualizada do teor de todas as inscrições em vigor respeitantes ao adjudicatário emitida pela Conservatória do Registo Comercial correspondente.

Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados de acordo com o artigo 83.º, tendo em conta o disposto no art.º 83.º-A, ambos do Código dos Contratos Públicos.

CARLA ISABEL OLIVEIRA NUNES

Assinado de forma digital por CARLA ISABEL OLIVEIRA NUNES
Dados: 2020.06.30 16:55:42 +01'00'

(na qualidade de procuradora da Águas do Norte, S.A., com poderes para o ato, concedidos por procuração emitida pela sociedade em 04 de julho de 2018)

ANEXO IV - A

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 - ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da _____, com sede na _____, n.º _____, _____-___ _____, pessoa coletiva _____, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto para celebração do 1.º contrato optativo (n/ ref.ª PRC_0244/2020_RHU), ao abrigo do acordo-quadro singular denominado **PRC_0036/2020_RHU Aquisição de serviços de utilização de trabalho temporário**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos do acordo-quadro mencionado, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

(Redacção do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, com início de vigência em 1 de Janeiro de 2018)

ANEXO IV - B

MODELO DE PROPOSTA

[a que se refere a alínea b) do ponto 3 do Modelo de Convite]

…… (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de _____, com sede na _____, n.º ___, _____-___ _____, pessoa coletiva _____, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite para apresentação de proposta para celebração do 1.º contrato optativo (n/ ref.ª PRC_0244/2020_RHU), ao abrigo do acordo quadro denominado **PRC_0036/2020_RHU - Aquisição de serviços de utilização de trabalho temporário**, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no identificado caderno de encargos, nas condições técnicas indicadas, pelo prazo e preços unitários indicados, que não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado, e respeitam os preços unitários, refletidos através dos coeficientes fixados, adjudicados no acordo quadro mencionado, nos seguintes termos:

a) Salário do trabalhador temporário, férias, subsídio de férias, subsídio de natal e outros subsídios e/ou remunerações em vigor e nas condições definidas pela Águas do Norte, S.A., bem como subsídio de alimentação no valor fixado para os trabalhadores da função pública;
b) Coeficiente da prestação de serviços de _____ [indicar em algarismos e por extenso], que inclui as componentes de custo do serviço e margem comercial, aplicado ao salário de cada trabalhador temporário, férias, subsídio de férias, subsídio de natal e outros subsídios e/ou remunerações em vigor e nas condições definidas pela Águas do Norte, S.A. (excluindo subsídio de alimentação);
c) Coeficiente da prestação de serviços de _____ [indicar em algarismos e por extenso], que inclui as componentes de custo do serviço e margem comercial, aplicado ao subsídio de alimentação no valor fixado para os trabalhadores da função pública.

……. (local), ……. (data), ……. [assinatura1].

[1] Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Direção	Carreira	Função	Local de Trabalho	Início	Termo	Vencimento	Subsídio Refeição	Turnos	Complementos
Exploração	Técnico Operativo A	Técnico (a) Operativo de Exploração - AR	ETAR de Caminha	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80		
Exploração	Técnico A	Técnico (a) de Exploração - Supervisão Eletrónica	ETA de Areias de Vilar	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80	163,50	
Exploração	Técnico Operativo A	Técnico (a) Operativo de Exploração - AR	ETAR de Caminha	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80	71,94	
Exploração	Técnico A	Técnico (a) de Exploração - Manutenção - Eletromecânica AA+AR	ETAR Torre de Moncorvo	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80		
Exploração	Técnico Operativo A	Técnico (a) Operativo de Exploração - AA	ETA de Areias de Vilar	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80	163,50	
Exploração	Técnico Operativo A	Técnico (a) Operativo de Exploração - AA	ETA de Areias de Vilar	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80	163,50	
Administrativa e Financeira	Técnico Superior A	Técnico (a) Superior Administrativo e Financeiro - Regulação e Complience	ETA de Areias de Vilar	01/07/2020	31/07/2020	902,00	142,80		
Sistemas e Tecnologias de Informação	Técnico Superior A	Técnico (a) Superior de Sistemas e Técnologias de Informação - Tecnologias de Comunicação e Operação	ETA de Areias de Vilar	01/07/2020	31/07/2020	902,00	142,80		
Exploração	Técnico Operativo A	Técnico (a) Operativo de Exploração - AA	ETA de Areias de Vilar	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80		
Exploração	Técnico A	Técnico (a) de Exploração - Supervisão Eletrónica	ETA de Areias de Vilar	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80	163,50	
Exploração	Técnico A	Técnico (a) de Exploração - Supervisão Eletrónica	ETA de Areias de Vilar	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80	163,50	
Exploração	Técnico Operativo A	Técnico (a) Operativo de Exploração - AA + AR	ETAR Torre de Moncorvo	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80		
Exploração	Técnico Operativo A	Técnico (a) Operativo de Exploração - AR	ETAR de Viana do Castelo - Cidade	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80	71,94	
Exploração	Técnico Operativo A	Técnico (a) Operativo de Exploração - AA	ETA de Areias de Vilar	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80		
Exploração	Técnico Operativo A	Técnico (a) Operativo de Exploração - AA	ETA Alto Rabagão	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80		
Exploração	Técnico Operativo A	Técnico (a) Operativo de Exploração - AR	ETA R Cambres	01/07/2020	31/07/2020	654,00	142,80		